

ESTADO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO

Diana Mendonça de Carvalho

Givaldo Santos de Jesus

José Eloízio da Costa

(Organizadores)



Criação Editora

ESTADO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO

**Diana Mendonça de Carvalho
Givaldo Santos de Jesus
José Eloízio da Costa
(ORGANIZADORES)**



Criação Editora

Aracaju, 2024

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS ORGANIZADORES

É proibido a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos das organizadoras (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009

O rigor e a exatidão do conteúdo dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus organizadores. Os autores são responsáveis pela obtenção da autorização escrita para reprodução de materiais que tenham sido previamente publicados e que desejem que sejam reproduzidos neste livro.

Diagramação: Adilma Menezes

Capa: © Olga Strelnikova | Dreamstime.com

Revisão Ortográfica: Nilson Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anízio Gomes - CRB-8 8846

C331e Carvalho, Diana Mendonça de; Jesus, Givaldo Santos de; Costa, José Eloízio da (org.).

Estado, instituições e políticas públicas no campo / Organizadores: Diana Mendonça de Carvalho, Givaldo Santos de Jesus e José Eloízio da Costa. - 1. ed. - Aracaju, SE: Criação Editora, 2024.

446 p figs.; gráfs.; quadros; mapas; fotografias.

E-Book: 2 Mb; PDF

ISBN 978-85-8413-501-1

doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-501-1

1.Agricultura.2.GEPRU/PPGEO/UFS.3.Políticas Públicas - Brasil. 3. Zona Rural. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 343.74

CDU 347.243

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Políticas públicas (meio rural).

2. Assistência econômica / social: desenvolvimento rural.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

I ESTADO E INSTITUCIONALIDADES

Considerações teórico-prático do institucionalismo junto ao PRONAF.....	15
--	----

Diana Mendonça de Carvalho

José Eloízio da Costa

Assistência técnica: inserção do programa de fomento para agricultura familiar no povoado Bandeira – Coronel João Sá/BA.....	53
---	----

Sandra Andrea Souza Rodrigues

Jailson Oliveira Agostinho

Handresha da Rocha Santos

Da impossibilidade da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: as experiências no Estado de Alagoas	75
--	----

José Eloízio da Costa

Adriana Lisboa da Silva

Gestão social e desenvolvimento rural: desafios da agricultura familiar no município de Itabaiana	103
--	-----

José Carlos dos Santos

José Eloízio da Costa



A RELAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO COM AS DIMENSÕES DO PODER NA CONSTRUÇÃO DO REGIONALISMO DO NORDESTE¹

Josemar Hipólito da Silva
Jorge Luis de Sales Farias
Sergio Schneider

1 INTRODUÇÃO

Buscar compreender as relações representadas por sistemas compostos pela sociedade e a natureza pressupõem necessariamente assumir diferentes compromissos teóricos. Esses compromissos estão associados a processos sistêmicos e dinâmicos, compostos por atores e instituições, que representam interesses e correlações inseridas nas relações de poder, produzidos em diferentes escalas e níveis. Esses atributos do poder podem ser explorados por meio de diferentes dimensões, entre elas as dimensões concretas e simbólicas.

As análises de questões relevantes de cunho histórico devem perpassar pela elevada desigualdade social e econômica existente no espaço agrário nordestino. Assim, devemos nos apoiarmos em uma análise sistêmica focada em ações humanas realizadas por atores sociais e atores hegemônicos. Dito isso, o enfoque sistêmico

1 Essa temática é explorada mais a fundo no estudo de Tese de doutorado em andamento, intitulada: “**Novas Geografias Alimentares e assentamentos rurais no Nordeste: movimentos e contramovimentos na construção de espaços de poder**”. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (FCE/PGDR/UFRGS), Autor: Josemar Hipólito da Silva, sob orientação do Professor Dr. Sergio Schneider.

nas análises dos espaços de poder e das questões alimentares devem incorporar as complexidades diversas, entre elas, a dimensão simbólica envolvida nas interações (circuitos, redes e canais) pelos quais percorrem os alimentos. Nesse caso, neles é que se manifestam parte dos processos e dinâmicas que viabilizam a sobrevivência material de uma sociedade, onde estão os elos fortes e centrais que constituem as subjetividades e os abstratos das localidades e espaços de poder (MALUF, 2021).

Maluf (2021) indica que essa escolha segue caminhos que representam mais do que conexões técnicas ou materiais reforçando ainda mais a condução do olhar da sociedade para percepções simbólicas e abstratas de como os atores, instituições e as relações são moldadas pelos alimentos a partir de espaços de poder articulando diferentes setores humanos. Esses processos e dinâmicas em sua maioria (re)produzem desigualdades entre eles. As evidências possibilitam verificar essas desigualdades determinadas por múltiplas dinâmicas de poder (alimentares, espaciais, econômicas, políticas e sociais), no caso em espacial as dinâmicas alimentares e espaciais.

A dimensão concreta está representada pelos diferentes modos de sociabilidade, que são mobilizadas a partir dos recursos para a subsistência dos atores. Por sua vez, a dimensão simbólica pode ser representada por signos da natureza que se imprimem no imaginário social dos atores. É a partir dessas duas perspectivas que pretendemos mobilizar e examinar estudos que problematizem questões concretas e abstratas relacionadas ao “regionalismo” do Semiárido nordestino e à produção de alimentos. Destacam-se como referência os estudos realizados por Iná Elias de Castro (1991[2001]) que problematizaram o fenômeno da natureza “a seca” como algo incorporado ao imaginário social, político e econômico, tornando-se questão central para os atores sociais.

No entanto, os princípios geográficos não são enfatizados em estudos que abordam a questão alimentar, particularmente, os rela-

cionados com as espacialidades, as múltiplas escalas de poder, causalidades, correlações naturais e das unidades terrestres (escalas geográficas e operacionais) tais como: o “local”, “território” e a “região”. Estes são entendidos como temáticas relevantes para tratar o sistema alimentar em suas múltiplas dimensões analíticas, pois integram não só as necessidades de subsistência, como “as necessidades básicas dos seres vivos e das populações (o ato de se alimentar e de produzir os alimentos), mas também, os aspectos relacionados com os ciclos econômicos, políticos, culturais e sociais. Nesse sentido, os estudos alimentares vêm contribuindo diretamente para o avanço do entendimento das relações e dinâmicas presentes nos espaços geográficos.²

Não é novidade que as características naturais das regiões áridas e semiáridas representam um desafio para as populações inseridas nesses espaços. De certa forma, ainda é um fator determinante aos seres humanos a convivência com “a seca” no Semiárido nordestino. Porém, nenhuma das suas características naturais foram e são tão impactantes para o processo de “desenvolvimento” das regiões quanto a produção de alimentos.

A ocupação e colonização da Região Nordeste foi desenvolvida a partir desta questão, com a cultura da cana-de-açúcar como fator determinante e limitante para o avanço das atividades de subsistência na faixa litorânea nordestina, onde se encontravam as terras mais férteis e produtivas para esta cultura. Cabe destacar que nas atividades de produção de alimentos para o consumo das famílias

2 Para aprofundar nessa discussão foram publicadas no Brasil as obras: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. - **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativos**. POA, Ed. UFRGS, 2017.
PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. - **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos** [recurso eletrônico] / organizadores Potira V. Preiss [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.
GRISA et al., - **Sistemas alimentares e territórios no Brasil** [recurso eletrônico] / organizadores Cátia Grisa, Eric Sabourin, Ludvine Eloy [e] Renato S. Maluf. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

estavam inseridos os cultivos agrícolas, produção pecuária (bovinos, caprinos e ovinos) e a comercialização do excedente. Os interesses mercantis privilegiaram a produção de alimento como mercadoria para exportação e resultou em uma correlação de forças no uso da terra, que levou o surgimento de um outro Nordeste (MENEZES, 2018), com a pecuária bovina adentrando no semiárido, promovendo sua ocupação e colonização. Nessa configuração, Prado Júnior (1981) destaca a importância da pecuária para o nordestino, pois essa, além de suprir as necessidades alimentares apresenta outras funções, como uma reserva de valor, uma poupança.

Em sua célebre obra “Os parceiros do rio bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida - Antônio Candido (1964)”, faz referência aos diferentes níveis de vida e de sociabilidade. Ele aponta para a existência de fatores culturais, sociais e políticos e pressupõe ganho de equilíbrio nas relações de poder. Mesmo que esse ganho represente de forma relativa suas necessidades e os recursos naturais necessários à sua sobrevivência dos meios de vida. Essas características requerem dos atores sociais soluções adequadas às diferentes vias da sociabilidade, as diferentes realidades espaciais do Nordeste. Essas realidades dependem da eficácia e adaptabilidade no processo de apropriação da natureza a partir de um equilíbrio lógico entre homem e natureza e as diferentes dimensões.

Como destaca Martins (2011), ao tratar a temática da sociabilidade e da diversidade de condições impostas ao ato de “fazer história”, estas são construídas a partir do momento em que o homem comum assume a condição de agente ativo de suas ações e destino. No atual contexto de modernidade e globalização, a sociedade brasileira apresenta diferentes fragilidades marcadas por uma forte fragmentação. Representada por diferentes tempos, que se adiantam e que se atrasam, negando-se, e alimentando a falta de coerência existente nas características da sociedade “dita moderna”.

Assim, o homem comum apresenta-se fragmentado de si mesmo e de sua história, mas obstinado por buscar mudanças reais para sua vida, construir sua história a partir de caminhos tortuosos associados ao processo de alienação.

Para Josué de Castro (1984), nenhum fenômeno é tão útil para servir de ponto de partida para os estudos das relações das sociedades com a natureza do que o fenômeno da alimentação. Os estudos ligados à natureza e ao seu meio fornecem condições para promover subsídios para populações locais, bem como a análise dos processos, através dos quais essas populações se organizam para satisfazer às necessidades fundamentais ligadas à alimentação.

Este capítulo tem como objetivo identificar e caracterizar as interfaces entre as relações de poder e os temas alimentação no Nordeste brasileiro, a partir dos simbolismos e da construção do imaginário social e sociabilidade. Em particular, este estudo busca compreender como as relações de poder se integram para construir o regionalismo nordestino como um mecanismo homogeneizante, a partir dos discursos e narrativas como ferramentas estratégicas para o exercício do poder, controle e dominação em diferentes dimensões. Para tanto, mobilizou-se um referencial teórico que possibilitasse explorar e entender as dimensões analíticas que tratam sobre as relações de poder na produção de alimentos na Região Nordeste. Foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, com a utilização de técnicas para a análise de discursos e de conteúdo.

O texto está dividido em quatro partes além dessa introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda as influências e discussões construídas por Josué de Castro, que possibilitou a identificar o alimento como item essencial para superar problemas multidimensionais que ainda hoje se fazem presentes na sociedade brasileira. A segunda seção apresenta a dimensão do poder que se relaciona com concreto e como está representado nas relações que compõem o regionalismo do Nordeste, a partir dos aspectos natu-

rais da região semiárida e como foram utilizados como determinantes para compor narrativas e discursos hegemônicos. A terceira, aborda a dimensão do abstrato, representada pelo simbolismo e o imaginário social que são utilizados como ferramentas para a construção do poder e suas repercussões na produção de alimento no Nordeste. A quarta, destaca como os processos de relação do poder foram e são moldados e difundidos a partir de discursos e narrativas e como esses são produzidos e reproduzidos.

2 JOSUÉ DE CASTRO E OS ALIMENTOS: SUAS PRIMEIRAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS PESQUISAS ALIMENTARES

A questão alimentar e seus aspectos geográficos foi amplamente abordada e difundida por “Josué Apolônio de Castro”. Este foi um dos principais pesquisadores no tema alimentação no Brasil, nasceu em 5 de setembro de 1908, na cidade de Recife, filho de Manoel de Castro, retirante sertanejo, agricultor que fugiu da seca de 1877 e que fixou residência na capital (Recife) em um casarão antigo às margens do rio Capibaribe³ (MAGALHÃES, 1997).

A trajetória intelectual de Josué de Castro se inicia aos 21 anos no Rio de Janeiro, ao concluir o curso de Medicina, em 1929. Ao iniciar suas atividades profissionais como médico na cidade de Recife, atuando nas especialidades de endocrinologia e doenças da nutrição, em consultório e fábrica (MAGALHÃES, 1997). Porém, o segundo local de trabalho foi determinante como laboratório social e profissional. Foi onde ele desenvolveu seus primeiros inquéritos

3 Por que esse é o cenário de pano de fundo para essa seção? – Simplesmente pelo fato de expressar não só os princípios das dimensões concreta e abstrata (simbólica) propostas pela discussão. Mas por materializar outra questão importante para discussão proposta, a sociabilidade do sertanejo. Em um cenário de tantas dificuldades representadas por fatores naturais, pela forte presença de relações de poder coronelistas e das elites políticas e agrárias. A história de vida, sua trajetória e as contribuições para os estudos e pesquisas alimentares.

(investigações e pesquisas) sobre as dietas alimentares dos trabalhadores fabris do Recife. Onde estabeleceu correlações importantíssimas entre os alimentos e a ingestão de calorias necessárias para o desempenho das funções dos operários.

Nesse período, destaca-se o interesse de Josué de Castro pela literatura, influenciando na publicação do conto *“O ciclo do caranguejo”* em 1930. No ano de 1937, esse conto foi inserido no livro *“Documentário do Nordeste”*. Cabe destacar que esse primeiro conto descreve a realidade dos catadores de caranguejos dos manguezais do Recife. Em breve citação do conto, o autor descreve e demonstra sua preocupação com os problemas nutricionais e da dieta desse grupo de atores em situação de extrema vulnerabilidade social. É relevante salientar que muitos desse atores eram retirantes sertanejos que vieram para capital em busca de oportunidades e melhores condições de vida.

A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama, a carinha branca de suas patas e a geleia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama, fazer a carne de seu corpo e carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo (CASTRO, 1937).

É nesse cenário de crise do modelo econômico brasileiro agrário-exportador e o início do processo de consolidação do novo modelo de acumulação que o país transita por transformações em diferentes dimensões, entre elas: social, econômica e política. Nessa perspectiva a formação de um Estado democrático apoiado pelas massas populares e por setores ligados à indústria que o novo

modelo de desenvolvimento é idealizado. É nesse movimento de (re)orientação econômica que o autor deposita seus esforços para refletir sobre as *condições e possibilidade* ao manifestar seu olhar sobre o problema da fome e miséria.

Para confirmar suas observações iniciais na amostra da fábrica, em 1932, Castro realizou uma pesquisa sobre as condições de vida das classes operárias de Recife, com apoio financeiro do departamento de saúde estadual. A pesquisa analisou o regime alimentar de 500 famílias e seus rendimentos mensais (médios). Como resultado, foi identificado que a ingestão média de apenas 1.645 calorias, eram insuficientes para suprir o gasto calórico e metabólico mínimo dos indivíduos no exercício de suas funções com qualidade. Com o agravante do nosso clima, onde não são levados em consideração o gasto calórico com as atividades desenvolvida no trabalho. Além da carência de nutrientes importantes na dieta desses indivíduos (CASTRO, 1937b).

Outras questões que compõem as discussões em torno do imaginário social e simbólico nordestino foram motivações de preocupações para o autor, ao indicar que não é a raça o elemento que desenha o perfil do Brasil e sim a fome, em seu livro *“Alimentação e Raça”*, de 1936, contrapondo discursos elitistas e oligárquicos da época. O resultado dessa investigação foi publicado no boletim do Ministério do Trabalho. Tornando-se referência obrigatória para os estudos direcionados ao entendimento das condições nutricionais das classes trabalhadoras no Brasil (CASTRO, 1937b).

Ainda em 1932, Josué de Castro publica sua Tese de Livre-Docência em Fisiologia e faz referência aos problemas fisiológicos da alimentação no Brasil. Levando em consideração a necessidade de priorizar a questão alimentar na compreensão social. Outras informações importantes compõem esses estudos e contribuíram diretamente para fixação do salário-mínimo no Brasil. O autor aponta a alimentação como principal:

[...] fator alimentar, agindo sobre o homem e a sociedade brasileira, em conexão com outros fatores, foi durante muito tempo inteiramente ignorado. Nas várias teorias de interpretação sociológica de nossa civilização, falava-se muito em ancestralíssimo, em mestiçagem, em fusão de culturas e patriarcalismos e outras coisas assim – meio vagas, poéticas e sonoras, mas ninguém apontava a alimentação como causa capaz de influir nas diretrizes de nossa organização cultural (CASTRO, 1932b).

Essas foram as motivações que estimularam avançar no cálculo do salário-mínimo, como expressão da articulação entre teoria e prática. A escolha do modelo de desenvolvimento econômico e social do país está diretamente relacionada com o problema alimentar do Brasil. Destaca-se a alimentação racional para os trabalhadores como fenômeno, a partir da forma de utilização proporcional para seu gasto calórico e nutricional, estabelecendo sua energia produtiva, promovendo um consumo verdadeiramente científico dos produtos alimentares naturais brasileiros (CASTRO, 1939c).

No que tange às pesquisas sobre comprovações empíricas que se correlacionam aos aspectos climáticos e demográficos, estas, de certo modo, contrapõem o já mencionado *determinismo ambiental* a partir do consumo dos alimentos determinando o valor nutricional e identificando como famílias são impactadas pelas características climáticas e geográficas dos territórios e locais onde residem. Um desses estudos foi realizado no Rio de Janeiro, (cidade, subúrbio e a zona rural), o autor conseguiu estabelecer correlações a aspectos climáticos e demográficos, os quais determinaram o valor nutricional dos regimes de 12.106 famílias e chegou à conclusão de que a população analisada não apresentava déficit calórico, apesar da desarmonia do regime alimentar (dieta alimentar) com as vitaminas e minerais (MAGALHÃES, 1997).

Em 1937, o autor publica o livro *“Alimentação à Luz da Geografia Humana”*, em seu esforço de dimensionar uma ração alimentar mínima. É relevante apontar para sua fixação e interesse em aprofundar as relações e interações do homem e o meio ambiente e o impacto da alimentação nessa relação. Dando destaque para o papel fundamental da ciência geográfica como instrumental analítico nesse processo, corroborando para compreender e relacionar as relações entre o biológico e o social em suas pesquisas (CASTRO, 1937a).

Foi a geografia humana que ocupou uma centralidade nas análises de Josué de Castro; em momentos anteriores, o autor apresentava fortes tendências multidisciplinares. Seus primeiros manuscritos e pesquisas confirmam essa tendência, devido a sua formação em medicina e ao seu interesse por literatura, psicanálise Freudiana e a nutrição. Como destaca em passagem de sua obra, ao propor o método geográfico como esforço científico para pensar a alimentação:

Julgamos que o único método eficaz de análise da questão é o método geográfico. Não o método puramente descritivo da antiga geografia, velha como o mundo, mas o método da ciência geográfica, que é nova, é quase dos nossos dias, que se corporificou dentro dos princípios científicos formulados pelas experiências de geógrafos com Karl Ritter, Humbolt, Ratzel e Vidal de La Blache (CASTRO, 1937a).

Nesse constante esforço de pensar as questões alimentares, Josué de Castro apoiou-se em preceitos metodológicos da geografia, que vieram determinar suas pesquisas e produções. Chegando a afirmar que somente a geografia considera a terra em sua totalidade, ensinando e conduzindo os caminhos para entender os processos e fenômenos que se passam na superfície, ajudando a observá-los, agrupá-los e classificá-los (CASTRO, 1937a). Complementamos: esses mesmos preceitos metodológicos possibilitam

externalizar as localizações, extensões e causalidades, possibilitando orientar o espírito humano na análise dos vastos problemas de alimentação, que ainda persistem no Brasil, como fenômenos resultantes das influências recíprocas à ação do homem.

Destacam-se que dentro desse processo outros autores compartilhavam da mesma perspectiva de Josué de Castro, ou seja, esse olhar geográfico para compreender a alimentação como expressão de correlações entre clima, solo, organização econômica, social e política, levando em consideração características biológicas dos indivíduos. Nos anos seguintes, o autor produz textos direcionados a debate internacional sobre a questão alimentar publicados em 1937 o artigo intitulado *"Science et Technique"*, em 1938 o *"Basal Metabolism in Tropical Climates"* e em 1939 *"Alimentazione ed Acclimazione Umana nei Tropici"* (MAGALHÃES, 1997).

Os primeiros estudos de Josué de Castro fundamentaram questões analíticas sobre como o autor relacionou questões do cotidiano e de processos históricos na construção das questões alimentares e das políticas alimentares no Brasil. Além disso, destaca-se que essa influência ajudou a moldar não apenas o pensamento do autor, mas decisivas nas décadas seguintes, ao instigar o ativismo alimentar por ele exercido nas esferas políticas, institucionais e acadêmica no Brasil e no Mundo.

3 A DIMENSÃO CONCRETA E O REGIONALISMO DO NORDESTE

O Brasil apresenta uma enorme extensão territorial com diferentes tipos de solo, de clima e domínios morfoclimáticos e paisagísticos, ocupados por grupos humanos de distintas linhagens étnicas e diferentes tratos culturais e sociais. Ao destacar a paisagem de uma região, são identificados os diferentes tipos e formatos de exploração do território e suas formas de organização social e de uso da terra. É com essa compreensão que identificamos as possí-

veis relações de poder, que moldam as dimensões representativas do regionalismo nordestino (ANDRADE, 2004).

Não é interesse aqui conceituar “região”, mas dimensioná-la em diferentes pontos de vistas, a exemplo, da região econômica e política, conforme discutida por Oliveira (2014). O autor desenvolveu suas reflexões indicando como entende a “região” e como seus argumentos são direcionados para uma perspectiva utilizada na geografia moderna e crítica, ou seja:

[...] o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reprodução. Tal especificidade é passível de determinação rigorosa, no contexto metodológico e teórico esposado por esta investigação. É possível reconhecer a existência de espaços econômico, político-sociais em que, por exemplo, o capital comercial comanda as leis de reprodução sem, no entanto, penetrar propriamente na produção; tal região se diferenciaria de uma outra onde o capital penetrou no próprio sistema produtivo, onde seria o capital é industrial – o responsável pela reprodução do sistema; assim, sucessivamente, as diversas formas de reprodução do capital conformariam “regiões” distintas (OLIVEIRA, 2014, p. 101).

Ao utilizar uma abordagem regionalista para realizar um exercício analítico, deve-se procurar identificar os elementos que se agrupam e moldam as configurações espaciais dos lugares. Especificamente, busca-se enfatizar os argumentos que aprofundam a relação homem/natureza, com instituições e suas materialidades e imaterialidades. Dessa forma, avançar em direção ao entendimento das relações e conceitos que compõem as realidades empíricas, tornando-se compreensíveis nas relações do tempo e espaço (SANTOS, 1988).

Corrêa (2000, p. 5), ao descrever a “região natural” como portadora dos indícios da presença de discursos e narrativas distorcidas sobre o *determinismo ambiental*⁴. Para o autor, a definição de região natural apresenta-se, como:

[...] uma parte da superfície da terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciam ainda mais cada uma destas partes. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são integrantes (CORRÊA, 2000, p. 5-6).

Ribeiro (1999) ao se referir ao termo determinismo indica de modo objetivo a relação causa e efeito. Nessa perspectiva os acontecimentos seriam regidos por leis implacáveis, externas a eles determinadas por circunstâncias que se repetem, e se repetirão os resultados. A fórmula determinista é composta por formulações previstas no futuro, para as quais, dependem conhecer todas as variáveis do presente será possível determinar os resultados.

4 Para Corrêa (2000, p. 5) o determinismo ambiental foi o primeiro paradigma a caracterizar a geografia que emerge no final do século XIX, a partir da passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista e imperialista. Os seguidores dessa corrente afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas, refletida pela variação da temperatura ao longo das estações do ano, são capazes de determinar o comportamento do homem, interferido diretamente na sua capacidade de progredir. Afirmam que aqueles países ou povos que estão localizados em áreas climáticas mais propícias tendem a crescerem. É relevante salientar, que a compreensão das relações homem/natureza, que se manifestam através da vida econômica e que avançam para os demais estágios da cultura do homem tenha sofrido forte relação com o clima. E que por esse motivo o Nordeste brasileiro tem sido estigmatizado, assim, alimentando relações de poder conduzidas por preceitos coronelistas de povoamento e exploração, que moldaram e moldam as múltiplas facetas das escalas de poder de representatividade política, social e econômica que conduz ao desenvolvimento que a região vem apoiando-se.

Como destaca Oliveira (2014) ao ressaltar o conceito de região “Nordeste” no Brasil. O autor apresenta uma natureza dinâmica do conceito por definição, a qual fundamenta-se no movimento de reprodução do capital e das relações de produção. É nessa perspectiva que a dinamicidade se choca, até certo ponto com o conceito geográfico de região baseado em características físicas, ou seja, morfoclimáticas.

Gilberto Freyre (1937), ao publicar sua obra *‘Nordeste’* defende que a região Nordeste sofria de uma falta de uniformidade. Trata-se de uma das regiões mais povoadas do país, que apresentava outras sub-regiões que se estendiam desde o Maranhão até a Bahia. Essa região foi povoada nos primeiros séculos de colonização do Brasil e se estruturou, a partir de culturas diversas. Assim, formando uma sociedade com características próprias, porém, tendo como lastro, três importantes categorias: o latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como forma de exploração econômica e a escravidão como instituição de classe social e de divisão social do trabalho. Todavia, Menezes (2018) destaca que tais características podem ser atribuídas para a sociedade que se formou a partir do complexo da economia açucareira, representando o Nordeste da casa grande e senzala e que no sertão do semiárido formou-se um outro Nordeste. O autor destaca a existência de vários Nordestes e enfatiza sua obra o “Nordeste árido das fazendas de criação”, com elementos distintos da exploração econômica do litoral em relação aos aspectos sociais, culturais e das formas de dominação fundamentado nas relações de trabalho livre com famílias.

De fato, acontecimentos e diretrizes históricas alcançam grande importância, pois contribuem para o entendimento de processos e relações em sua amplitude. Como apresentado por Santos (1988), ao indicar a importância de rever a estrutura dos postulados e preconceitos construídos, os quais estavam assentados na nossa visão do mundo. É na universalização representada pela produção

agrícola (globalização dos alimentos), pelos processos produtivos, pelo *marketing* influenciando os sistemas de trocas, as cadeias agroalimentares globais que incluem e excluem, nas mercadorias, no capital, nos mercados, no dinheiro, no trabalho, na técnica, nos gostos, no consumo, nas ideologias e ativismos e na alimentação. São questões que conduzem os processos e relações de poder na modernidade.

Celso Furtado, em sua obra *'Dialética do Desenvolvimento'* faz referência ao fascínio estabelecido sobre a exuberância da faixa litorânea da região Nordeste do Brasil. Ao comparar os verdes das florestas, choca-se com a rala e cinza vegetação da caatinga. Neste contexto, tudo que estava além do litoral açucareiro, era menos-prezado, somente a partir da ausência das riquezas buscada pelos colonizadores é que se avançava em direção ao Sertão (FURTADO, 1964). Para melhor visualizar como os processos e fatos foram materializados, é relevante observar a figura 01, que apresenta todos os estados e a extensão do semiárido nordestino, possibilitando construir o imaginário simbólico ligado ao regionalismo em seu processo de desenvolvimento.

Assim, a Região Nordeste representa um exemplo paradigmático da construção de um único regionalismo para o Brasil. Onde a identidade regional está pautada no binômio pobreza e necessidade de acesso a *recursos naturais* e da União. Representando um universo de projetos de desenvolvimento e criação de políticas públicas assistencialistas e de inclusão socioprodutiva como necessidade primordial. Porém, muitas vezes, quando implementadas em *espaços de poder* onde a ideia de força, controle e dominação sempre estiveram e ainda se fazem presentes os efeitos e resultados são de baixo impacto.

As dificuldades atribuídas impostas pelos diferentes sistemas econômicos são impactadas por problemas de ordem morfoclimática. É nessa perspectiva que se forma a base para o *'imaginário*

social regionalista’. Apropriado por *atores estratégicos*, que se alimentam e se beneficiam de *reclamações e pedidos*, atribuídos à condição de pobreza e vulnerabilidade de parte de uma população, em especial as residentes em áreas periféricas e do próprio Semiárido nordestino (CASTRO, 1991).

Figura 01 – O Nordeste e o Semiárido brasileiro



Fonte: SUDENE, Banco de dados/Geociências.

Acessado: em 14 de março, 2023. [Sudene - Delimitação do semiárido](#)

Castro (1984), ao tratar a problemática da fome e da falta de alimentos adequados na ingestão de calorias necessárias ao trabalhador. Confirmar o país em uma condição muito distante de construir uma só área alimentar, intitulada de “geográfica alimentar”. Para o autor, o Brasil possibilita a identificação de pelo menos cinco diferentes “áreas alimentares”, as quais dispõem de recursos típicos, de uma dieta habitual apoiada em produtos regionais. Assim, o autor apresenta as áreas com características somáticas, psíquicas, biológicas e culturais que contribuem diretamente para os diferentes tipos de dietas, representadas por cinco áreas geográficas bem caracterizadas: 1) Área da Amazônia; 2) Área da Mata do Nordeste; 3) Área do Sertão do Nordeste; 4) Área do Centro-Oeste; 5) Área do Extremo Sul (CASTRO, 1984).

Oliveira (2014) faz referência à dimensão concreta, aqui trata-se, quando indica ocorrer choques mais profundos, centrados em conflitos entre as abordagens ligadas aos limites territoriais-político-administrativos das regiões Nordeste e Sudeste. Ao analisar a figura 01, acima, é possível observar que o semiárido avança por vários limites territoriais de estados da Região Nordeste e um estado (Minas Gerais) da região Sudeste. O autor examina sob a ótica, do Nordeste do Brasil:

[...] dificilmente se conseguirá evitar o ter de enquadrar a “região” econômica e política nos limites das divisões territoriais-político-administrativas dos estados que compõem o Nordeste brasileiro. Entretanto, vale a pena também argumentar a favor desse enquadramento, não apenas pelo caráter inacabado e tentativo da proposta de “região” que aqui se contém, mas sobretudo porque os limites territoriais-administrativos dos estados que compõem o Nordeste brasileiro estão carregados da própria história da formação econômico e política nacional e de suas diferenciações; tão-somente em períodos mais recentes é que o processo de “integração nacional” impede

no sentido de um processo progressivo distanciamento entre as determinações formais da produção do capital e aqueles limites político-administrativos (OLIVEIRA, 2014, p. 103).

Como foi apresentado durante essa seção, o concreto é a “Região Nordeste”, sendo essa o exemplo paradigmático de regionalismo no Brasil, cuja natureza semiárida representa mais da metade do território, como em outras regiões brasileiras esse território é impactado por recorrentes secas periódicas e cíclicas. Porém com o agravamento e o prolongamento das estiagens, está sendo constituído o problema da visibilidade que irá nortear a dimensão simbólica aqui proposta, explorada por poucos e sentida por tantos nesse universo de relações de poder e construção de espaços de poder.

4 A DIMENSÃO ABSTRATA: O SIMBOLISMO E O IMAGINÁRIO SOCIAL COMO FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DO “PODER”

Os estudos sobre simbolismo e imaginário social, como processos formadores de relações de controle, dominação e poder, têm sido analisados há tempos em trabalhos literários e acadêmicos. Porém, nem sempre essas produções exercem a influência esperada, pelo menos, para a grande maioria da sociedade que vive e sobrevive na Região Nordeste. Nessa sessão, buscou-se dialogar com autores que analisam como esses processos são moldados e difundidos a partir de discursos e narrativas que são (re)produzidos para a manutenção dessas relações hegemônicas. Especificamente, tratou-se de apresentar argumentos que confirmam o discurso regional, como uma ferramenta estratégica das elites conservadoras destacado por Carvalho (1988), Castro (1992) e Ribeiro (1999), ao evidenciarem os instrumentos como fortes mecanismos de legitimação, de interesses dos grupos de atores sobre o espaço.

Para Castro, o fenômeno da natureza constituía a problemática simbólica, que circula historicamente na maior parte da sociedade, da economia e da política regional e nacional. As recorrentes questões ligadas às secas nordestinas são apresentadas em textos acadêmicos, políticos, literário e midiático. Cabe destacar que os fenômenos ligados aos ciclos da natureza não são passíveis de controle e previsibilidades confiáveis. Nesse contexto, são apresentados dois sistemas, o da natureza e o da sociedade que possuem diferentes causalidades, representadas de formas distintas nas narrativas dos atores (CASTRO, 1991).

Como destacado por Bourdieu, ao fazer menção às noções estabelecidas a partir do uso do *'habitus'* como estratégia de dominação simbólica, estas podem ser representadas pelas narrativas e discursos, que na prática utilizam *'estratégias'* voltadas a valorização dos “trunfos” (tamanho das propriedades, condição de nascença, oligarquias políticas e agrárias, entre outros fatores) por parte dos atores hegemônicos. Unificando os mercados de bens econômicos e simbólicos com efeitos direcionados para o desaparecimento das condições de existência, dos valores capazes de servir de *'contramovimento'* ante os valores dominantes. Pelo menos de forma subjetiva e não apenas para manter e evocar velhas oposições platonicas (BOURDIEU, 2000).

Entre os exemplos, destacam-se os *'movimentos paradigmáticos'* de uso do discurso político utilizado como ferramenta de manipulação, acesso e controle de recursos, bens e serviços. Uma dessas referências ocorreu no ano de 2001, com o pronunciamento da “Senadora Maria do Carmo Alves (PFL – Sergipe)”, ao se referir ao fenômeno da seca, ressaltando características e problemas associados ao regionalismo nordestino, às condições sociais e a presença da fome na região. A Senadora explora o discurso e a narrativa do *determinismo ambiental* a partir do fenômeno da seca para captar recursos:

[...] Refiro-me à seca que abala o sertanejo nordestino, a seca que abala o meu Estado de Sergipe. Há 174 mil trabalhadores passando fome em dez municípios do meu estado que estão em estado de calamidade, e há mais seis municípios em estado de alerta, nos quais mais de 98 mil trabalhadores passam fome (SENADO FEDERAL, 2001, p. 1).

A fala da ex-senadora do Estado de Sergipe recebeu forte apoio e contribuições de Senadores de outros estados do Nordeste e do Espírito Santo, ao se referir a “*essa problemática*”. Todavia, o discurso apresentava um direcionamento à expansão do agronegócio em direção do semiárido sergipano, ao questionar:

[...] Sr. Presidente: por que será que outras nações como a Índia e a China, com condições climáticas ainda mais adversas do que as do Nordeste, além de consideravelmente mais pobres do que o Brasil, convivem normalmente com suas regiões secas, tirando inclusive vantagens de suas características a fim de se tornarem os maiores produtores de alimentos do mundo, enquanto enfrentamos as secas com métodos primitivos, inúteis e puramente emergenciais? Isso para não falar de países bem mais avançados, como Israel e Espanha, ou do oeste americano, cujas regiões áridas há muito foram transformadas em verdadeiros jardins de produção de alimentos, com suas populações desfrutando dos mais elevados padrões de vida do mundo (SENADO FEDERAL, 2001).

O discurso da senadora recorreu ao imaginário regional, onde a natureza semiárida é protagonista e a sociedade seu objeto, construída pela perspectiva de uma sociedade vitimizada pelo meio que habita. Este não só reproduz um simbolismo regional, mas uma narrativa hegemônica consolidada no imaginário social, a do agronegócio. O discurso vai além, ao apresentar uma proposta que declara apoio a expansão do agronegócio, trazendo exemplos de paí-

ses desenvolvidos que estão ancorados nesse modelo produtivista de produção de alimentos.

Castro (2001) apresenta perspectivas contrárias a relação homem/natureza, as quais fazem referência à região da Amazônia que tem a natureza como vítima dos homens. Para a autora, a natureza representa a região da Amazônia, porém em um dado momento da nossa história recente ela foi rotulada como *“inferno verde”*. Ao contrário do que ocorre com a natureza da região semiárida Nordeste, onde os homens se tornam suas vítimas. Esses olhares servem para compreender as diferentes razões que motivam os entraves aos processos de desenvolvimento e produção de alimentos, com a redução da desigualdade e combate à fome e pobreza nessas regiões. A existência de determinações ligadas às complexas relações de poder e aos fatores históricos e geográficos que moldaram os atores sociais, suas articulações e processos que alimentam o imaginário social. Na sequência, a autora apresenta as consequências práticas para a sociedade, *“[...] e para o seu território são: a preservação de relações sociais verticais que se reproduzem nas estruturas de poder local, a exclusão social, as estratégias para obtenção de recursos públicos”* (CASTRO, 2001, p.1).

Os desdobramentos em termo do imaginário social expandem a dimensão política, a literatura e as artes. Neste imaginário são construídos os discursos, que fazem referência à seca, à pobreza, fome, além da natureza que fundamenta o suporte simbólico, ideológico para validar as narrativas discursivas. As próprias narrativas particularizadas sobre a natureza são usadas como referência para validar o imaginário coletivo da sociedade nordestina (os baianos em São Paulo; paraibas no Rio Janeiro; candangos na região central do Brasil), todos amparados por uma instrumentalização de relações e racionalidades de poder.

É a partir dessa objetivação que os recursos disponíveis na natureza são utilizados como suporte para subsistência de processos econômicos, apresentando simbologias e imagens socialmente

construídas, a exemplo, do “coronel, o cangaceiro, o vaqueiro, a lavadeira de roupa nos rios e o sertanejo como representante do sofrimento dessa relação do homem com a natureza”. Essas racionalidades e objetivações são inúmeras, no caso do Semiárido nordestino as perspectivas residem nas dificuldades impostas pela natureza, essa, a principal causa dos problemas da região. Tal afirmativa, torna-se um recurso discursivo que seduz a sociedade, beneficiando as elites intelectuais, políticas e agrárias, comprometendo a sociedade e os respectivos atores que convivem nesses espaços naturais e de poder (CASTRO, 2001).

A ideia de que o clima semiárido do sertão nordestino é responsável pela condição periférica e de atraso regional faz parte do imaginário nordestino e nacional. Estudiosos há tempos fazem referência à natureza e indicam que essa diferença não impediu o processo de povoamento iniciado nos primeiros séculos da colonização. Sua qualificação negativa muitas vezes esteve presente nos relatos de viajantes e exploradores antigos e na avaliação de grandes historiadores e outros. Essa natureza é representada a partir das seguintes opiniões: Caio Prato Júnior (1977) *‘trata-se de uma natureza imprevisível’*, Raimundo Faoro (1976) rotula de *‘hostil’*, e para Sérgio Buarque de Holanda (1989) é uma região *‘árida e inóspita’*.

Utilizando a ‘cana-de-açúcar’ (alimento-mercadoria) como parâmetro norteador para analisar e avaliar as relações estabelecidas nas terras da colônia, o semiárido foi utilizado para pecuária extensiva, como suporte econômico para complementar o sistema açucareiro. A pecuária expandiu-se e a partir do crescimento vegetativo dos rebanhos possibilitou a absorção da força de trabalho (CASTRO, 2001). Furtado (2007), ao analisar os condicionantes econômicos e sociais da ocupação e colonização do semiárido nordestino, enfatizou que as formas de produção e reprodução nesse espaço constituiu uma ordem social que deixou marcas profundas nas dimensões econômicas, sociais e políticas, ao longo da história brasileira.

É relevante salientar que a manifestação no imaginário conformista expressada através da arte popular é outro mecanismo utilizado na construção do simbolismo, do imaginário social e justificativa para a sociabilidade do sertanejo e nordestino do semi-árido e Nordeste. Para José de Souza Martins (2014), em sua obra, *“Sociologia da Fotografia e da Imagem”*. Nela o autor dedica um dos capítulos para fazer uma análise da obra do “Mestre Vitalino”, pernambucano nascido na cidade de Caruaru. Em sua análise, o autor apresenta uma contradição reveladora, em que populações rurais do Semiárido nordestino apresentam uma humanidade residual, à margem do progresso e dos benefícios do desenvolvimento das elites agrárias e do coronelismo. O mestre Vitalino que conhecemos não é o homem simples do agreste pernambucano, figura ilustre, como tantos outros da feira de Caruaru, artesão e feirante (comerciante) de seus artesanatos:

É, sobretudo, a expressão do imaginário erudito de uma elite que, desde a Revolução de Outubro de 1930, uma revolução modernizadora, tenta se reconciliar com o povo, com os simples, com o pobre da terra. Tenta erguer uma ponte sobre o abismo aberto pelo fim da escravidão e a reveladora desagregação de seu mundo orgânico, o da comunidade dos desiguais em que se baseava o escravismo. Sua biografia difundida, seletiva e desenraizada, nos mostra que o Vitalino que conhecemos e admiramos é sobretudo fruto de um reconhecimento que coincide, significativamente, com os anos do desenvolvimento brasileiro, os anos 1950 e início dos anos 1960, a era do Presidente Juscelino Kubitschek, os anos da grande onda de industrialização e modernização do país. Foram, também, os anos do grande empenho do Estado nacional em incorporar ao Brasil o Nordeste pobre e rural, o Nordeste da seca, do retirante, do sem destino (MARTINS, 2014, p. 140).

Martins apresenta fortes argumentos que evidenciam o como a arte de Vitalino e o próprio artesanato foram apropriados pela lógica capitalista e “*por esse simbolismo e manifestação do imaginário social*”, com a intenção de apresentar fora do país outra imagem, pautada nas expressões da tomada de consciência de que ‘(e)xistia’ dentro do Brasil, um país chamado Nordeste. Onde a pobreza e o seu povo eram capazes de realizar grandes feitos, e coisas simples e belas como as esculturas do artesanato do agreste nordestino. Nesse contexto de representação simbólica, o próprio artista e suas obras tornam-se prova viva de que nem tudo é só atraso econômico, político, social e cultural. Existe criatividade e imaginação nesse mundo de atraso, de processos e relações movidos pelo tradicionalismo sertanejo (MARTINS, 2014).

Na ironia que há em Vitalino, vejo o reflexo de uma demanda da nova cultura urbana que difunde no país a partir das primeiras décadas do século XX. Uma cultura que começa a ganhar definição e direção no limiar da revolução de 1930, de que é expressão a música sertaneja em São Paulo. As esculturas de Vitalino não retratam o sertão, mas o que do sertão pensam os urbanos, a nova classe média que procura se destacar no rural e do rústico e que o faz aparentemente ironizando o sertanejo, mas de fato ironizando a nova realidade social urbana que não compreende (MARTINS, 2014, p. 142).

Os anos desenvolvimentistas, os quais, o artesanato teve sua visibilidade e notoriedade nacional e internacional. Ficou marcado pelo acolhimento nos diversos setores da sociedade, como no núcleo simbólico da política de conciliação que desde o ‘Brasil Império’, torna-se um regulador dos ânimos das mudanças e transformações em todo Nordeste. Vale destacar que o papel da mídia nesse tempo histórico transformou o artesanato em um involuntário e dissimulador de contraponto da rebeldia das ‘Ligas Camponesas, a luta

dos trabalhadores rurais do Nordeste’ (MARTINS, 2014). *“Não raro os exemplos, da atualidade, podem ser atribuídos a essa perspectiva – O agro é Tech, agro Pop o agro é Tudo”. Além, da recente marginalização dos movimentos sociais (MST e outros).*

5 LIÇÕES DA HISTÓRIA: AS DINÂMICAS ESPACIAIS E AS POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Josué de Castro estabeleceu uma relação importantíssima entre a natureza ecológica, as dinâmicas espaciais e os hábitos alimentares da sociedade brasileira, especialmente a partir dos diferentes agrupamentos humanos distribuídos no território brasileiro. Seus estudos analisaram a fome e a (in)segurança alimentar e nutricional dos brasileiros, dando ênfase à formulação de “áreas geográficas”, como destacado na figura 02, abaixo. Explorando as relações causais promovidas por questões naturais, sociais e políticas, que condicionaram o tipo de alimentação, seus defeitos e carências características na sociedade. Procurou verificar os efeitos e seus alcances sobre os espaços, estruturas econômicas e sociais dos grupos de atores analisados em seus inquéritos e pesquisas. Notabilizou-se por explorar as relações de poder exercidas pelos alimentos nos espaços, quando afirmou que: “[...] a humanidade, de acordo com uma severa classificação econômica, deve ser dividida em três grandes raças - a raça do trigo, a raça do milho, e a raça do arroz” (CASTRO, 1984, p. 35).

Figura 02 – Áreas alimentares do Brasil para Josué de Castro

Fonte: Castro (1984, p. 40).
Organizado pelo autor

Quando analisamos o Brasil do século 20 especialmente a década de 1940, percebemos que o país dispõe de uma vasta extensão territorial com baixa ocupação humana com pouca ou nenhuma exploração econômica pela agricultura e pecuária. A diversidade de recursos naturais e a predominância cultural herdada dos diferentes grupos étnicos presentes nos territórios determinam a formação das diferentes áreas alimentares. Essas questões condicionaram forçosamente a uma diferenciação regional e espacial da produção de alimentos e dos tipos de dieta consumida, condicionando produção e beneficiamento dos alimentos questões regionalistas (energéticas, simbólicas, culturais e econômicas), como destaca Castro:

O país abrange pelo menos cinco diferentes áreas alimentares, cada uma delas dispondo de recursos típicos, com sua dieta habitual apoiada em determinados produtos regionais e com seus efetivos humanos refletindo, em muitas de suas características, tanto somáticas como psíquicas, tanto biológicas como culturais, a influência marcante dos seus tipos de dieta. Cinco áreas bem caracterizadas e assim distribuídas: 1) Área da Amazônia; 2) Área da Mata do Nordeste; 3) Área do Sertão do Nordeste; 4) Área do Centro-Oeste; 5) Área do Extremo Sul. Felizmente, destas cinco áreas nem todas são a rigor áreas de fome, dentro do conceito que serve de roteiro a nosso trabalho (CASTRO, 1984, p. 58).

O fenômeno da alimentação é o que melhor se presta ao estudo ecológico das correlações entre grupos humanos, os quadros regionais (o meio) que ocupam e os processos pelos quais as populações se organizam no espaço são determinados pelos alimentos para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, assim se justificou as sondagens de natureza ecológica na análise do fenômeno da fome (CASTRO, 1984, p. 59).

Das cinco diferentes áreas alimentares representadas na figura 02, que integram o mosaico alimentar do Brasil, três estão dentro do mapa da fome da época, são elas: a **Área Amazônica, a da Mata e a do Sertão nordestino**. Para nossa surpresa, mais de 80 anos já se passaram desde os primeiros inquéritos e investigações que ajudaram a compor esse cenário interno de fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil, ainda demanda grandes preocupações na atualidade.

O relatório da Rede PENSSAN publicado em 2022, apresentou um cenário assustador para a IA (insegurança alimentar) e a fome no Brasil. Foram identificadas 125,2 milhões de pessoas em situação de IA e outras 33 milhões em situação de fome, cabe destacar que a condição de fome é reflexo de IA grave. O mesmo relatório indica que o

maior percentual de famílias em situação de fome e vulnerabilidade do país é o Norte e o Nordeste. Identificando as formas mais severas da insegurança alimentar (moderada ou grave) presentes em aproximadamente 38,0% dos domicílios rurais formados por agricultores (as) familiares/ produtores(as) rurais (II-VIGISAN, 2022).

Essa problemática recebe contribuições de autores que exploram análises sobre as políticas alimentares no Brasil, como: Castro (1984); L'abbate (1988); Andrade (2004); Lefebvre (2013); Belik, Silva, Takagi (2001); Peliano (2010); Maluf (2020); Grisa, Porto (2022) entre outros. Nesse caso, são apresentadas às materialidades e imaterialidades, os sentidos, as reflexões e as relações sociais e de poder como características entrelaçadas a produção de alimentos, a fome, a segurança alimentar e nutricional e a construção de políticas alimentares. No Brasil como destaca Castro (1994) a produção de alimentos e a fome são consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, das relações de poder e das espacialidades construídas pela globalização dos alimentos juntos aos grupos humanos e sociabilidades e migrações dos homens.

É possível realizar uma reflexão que aprofunde a crítica ao modelo de produção de alimentos no Nordeste na atualidade. Como bem realizou Oliveira (2003), ao associar a perspectiva ético-finalista ao dualismo cepalino, que parece desconhecer o caráter regional e o regionalismo do Nordeste, associados as variáveis endógenas presentes da região, além dos seus domínios morfoclimáticos (semiárida, litoral, áreas de transição). Essas perspectivas foram constituídas a partir de relações de poder nos níveis político e social, determinando as condições do sistema político e das ações nesses nos espaços e territórios.

Como acrescenta o autor, ao fazer referência as:

[...] “passagens” de um modelo a outro, de um ciclo a outro, não são inteligíveis economicamente “em si”, em qualquer sistema que revisita características de domina-

ção social. O “economicismo” das análises que isolam as condições econômicas das políticas é um vício metodológico que anda de par com a recusa em reconhecer-se como ideologia (OLIVEIRA, 2015(2011[1984]), p. 20).

Para o autor, o modelo de desenvolvimento adotado pela Cepal no Brasil e na América Latina apresenta uma forte retórica alimentada por preceitos marginalistas e neoclássicos, o qual tinha no keynesianismo o seu lastro norteador. Nesse sentido, abre-se mão somente da paixão reformista e comprometida com o *‘status quo’* econômico, social e político ligados a fome e miséria da América Latina como uma mazela social, em se tratando da região Nordeste (OLIVEIRA, 2015).

Essa reflexão explica o grau de protecionismo e dependência que persistiu a região Nordeste ao fazer referência aos aspectos intrínsecos na dependência:

[...] a conhecida relação centro-periferia, os teóricos do “modelo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2015, p. 22).

Para Castro (2001), esse período trouxe como consequências práticas para a sociedade e seus respectivos espaços: a preservação de relações sociais verticais que se reproduzem nas estruturas de poder local, a exclusão social, as estratégias para obtenção de recursos públicos e o aumento das desigualdades e incertezas.

Prado Júnior (1981) ao apresentar a economia brasileira destaca dois diferentes setores produtivos. O primeiro pautado nos grandes produtos para exportação, açúcar, tabaco e algodão. O segundo setor constitui os produtos que fornecia os meios de subsistência à população, ele denominou de *“economia de subsistência”*. Assim, ao contrário da cana-de-açúcar, do algodão e da pecuária bovina que se concentram na produção em larga escala, este setor apresenta outras formas de organização social e produtiva. Uma contradição identificada é a relação cativa já mencionada, afirmada na seguinte fala:

[...] Encontramos a produção de gênero de consumo, em primeiro lugar, incluída nos próprios domínios da grande lavoura, nos engenhos e nas fazendas. Estes são em regra autônomos no que diz respeito à subsistência alimentar daqueles que os habitam e neles trabalham. Praticam-se aí, subsidiariamente, as culturas necessárias a este fim, ou nos mesmos terrenos dedicados à cultura principal, e entremeando-a, ou em terras à parte destinadas especialmente a elas. Parte é realizada por conta do proprietário, que emprega os mesmos escravos que tratam a lavoura principal e que não estão permanentemente ocupados nela; outra, por conta dos próprios escravos, os quais se concede um dia por semana, geralmente o domingo, e até às vezes, no caso de um senhor particularmente generoso, mais outro dia qualquer, para tratarem de suas culturas (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 26).

Para o autor, o papel secundário atribuído ao sistema econômico de produção de alimentos voltados a subsistência de uma enorme parcela da população brasileira expõe um grande problema ligado ao abastecimento alimentar dos núcleos de povoamento mais denso. Esses aspectos comprometem historicamente o acesso aos alimentos e à alimentação de qualidade das classes sociais mais vulneráveis, particularmente, quando os centros urbanos ad-

quiriram alta relevância social e recebem um grande contingente populacional, resultado de migrações interna e externas, elevando o grau de insegurança alimentar e o aumento da fome.

A história das políticas de alimentação e nutrição no Brasil evolui envolvidas nessas relações e dinâmicas espaciais historicizadas brevemente. Assim, optamos por resumir esse processo a partir de quatro períodos, apresentados por Peliano (2010) e Belik (2022): o primeiro representa o maior período, é iniciado nos anos 1940 se estendendo até meados dos anos 1970 com a aprovação do II PRO-NAN; o segundo é o mais envolto em controvérsia apresentando momentos conturbados e de instabilidade, perdurou até o final dos anos de 1980; o terceiro compreende a década de 1990; o quarto e último ato se centra no primeiro decênio do século XXI, sob a tutela do Programa FOME ZERO do governo do presidente Lula.

No **primeiro período**: representa os primórdios das políticas de alimentação e nutrição. A história das políticas alimentares nos remete à década de 1940, ou seja, fazem oitenta e cinco anos que o processo de assistência alimentar às populações mais vulneráveis foi criado e incorporado ao cenário das políticas públicas no Brasil. Com a criação do Ministério do Trabalho (MT) nesse momento as pastas da “Indústria e Comércio” foram integradas ao MT, criando o Serviço Central de Alimentação no IAPI (Instituto de aposentadoria e pensão dos industriários) em 1939. Essas iniciativas serviram de base para formulação da política de alimentação implementada no Brasil centrada na alimentação/educação (PELIANO, 2010).

Os anos seguintes foram marcados pela substituição do ‘Serviço Central de alimentação’ pelo ‘Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)’. O objetivo dessa mudança foi promover a melhoria da alimentação dos trabalhadores, aumentando sua resistência orgânica e a capacidade de desempenhar suas funções “trabalhar”, mediante o processo progressivo de nacionalização dos seus hábitos alimentares, tendo em vista, os estudos e inquéritos

sobre alimentação e as ‘áreas alimentares’ do Brasil. De fato, desse momento histórico e das ações e programas inseridos nas SAPS, originaram-se muitos outros programas de assistência alimentar, os quais exerceram alta importância para ‘questão alimentar’ e ainda exercem alta importância nos dias atuais. Destacam-se os seguintes programas: os restaurantes populares; o fornecimento de refeições matinais para os filhos dos trabalhadores em creches e escolas (atual PNAE); auxílio alimentar mensal aos trabalhadores enfermos ou desocupados (atual auxílio-doença); criação de espaços para comercialização de alimentos de primeira necessidade a preços de custo; o serviço de visita domiciliar às residências dos trabalhadores, e, por fim, cursos para formação de visitantes e auxiliares técnicos de alimentação (PELIANO, 2010).

Ao término do primeiro governo de Getúlio Vargas em 1945, o SAPS entrou em colapso. Nesse momento, o programa foi esvaziado e suas funções foram direcionadas para ‘Companhia Brasileira de Alimentos’ (COBAL), criada na década de 1962. O controle da política de alimentação estava com a ‘Comissão Nacional de Alimentação’ (CNA) criada sob a tutela do Ministério da Saúde, coube ao setor da saúde, por meio da CNA, a elaboração e aprovação no início dos anos de 1950, criando o Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição para o Brasil (PPNAN). Porém, após 10 anos, essa comissão foi substituída pelo ‘Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição’ (INAN), em 1972, sendo extinto em 1997 (PELIANO, 2010).

Não obstante, quando analisamos os diversos Planos e Programas elaborados desde então, verificamos algumas características comuns. Em todos eles estão destacadas as origens estruturais do problema alimentar e nutricional e a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico e social do País. Neste sentido, os programas de alimentação, *stricto sensu*, desde o início dos anos de 1950, foram vistos como resposta

emergencial para o problema da fome e desnutrição, que aflige significativa parcela da população. Uma segunda característica importante e presente em todos os Planos é a identificação de um foco central de atuação, com ênfase, inicialmente, na educação alimentar, no pressuposto de que a desnutrição poderia ser significativamente reduzida mediante a difusão do conhecimento das regras básicas de uma alimentação adequada (PELIANO, 2010, p.28).

No período que compreende a década de 1960 as atenções estavam direcionadas para o enriquecimento de produtos alimentícios com o apoio das indústrias de alimentos, a partir da criação dos formulados proteicos de alto valor nutricional. Os argumentos foram contestados pelo ENDEF/1974, que identificou um déficit calórico na alimentação do brasileiro, dada a composição de alimentos presentes na dieta da população. O problema, nesse caso, foram os níveis de consumo em termos quantitativos, ou seja, nesses argumentos o brasileiro não se alimentava mal e sim pouco. Logo, ocorreram fortes rejeições aos programas de educação alimentar em vigor naquele momento, por problemas de acessibilidade aos alimentos de qualidade para toda a população (PELIANO, 2010, p. 28).

O **segundo período**: ocorreu em meados da década de 1970, com a aprovação do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), em fevereiro de 1976, nesse momento surgiram mudanças nas concepções dos programas de alimentação. Esse plano é considerado um marco na política de alimentação e nutrição do Brasil. Com o II PRONAN, os direcionamentos foram para a inserção dos alimentos básicos nos programas alimentares, promovendo o apoio aos agricultores familiares, buscando a promoção e o aumento de renda para o setor agrícola com o aumento da produtividade dos domicílios rurais. Assim, foram criados os mercados institucionais, mediante a formalização das compras públicas de alimentos para os programas governamentais de distribuição de

alimentos para merende escolar e grupos materno-infantil em uma única instituição, Companhia Brasileira de Abastecimento Alimentar (COBAL), atualmente, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (PELIANO, 2010).

Ainda na década de 1990 foi extinta a Legião Brasileira de Assistência (LBA), na vigência do II PRONAN, foi o momento que a distribuição de alimentos nutricionalmente enriquecidos foram adquiridos diretamente do setor industrial. O INAN foi o único instituto que buscou associar a distribuição de alimentos e o abastecimento alimentar a diferentes espacialidades. Assim, as periferias das grandes cidades foram lembradas e incluídas no programa (Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) com o apoio à agricultura familiar, por meio do Projeto de Aquisição de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda (PROCAB), realizado em parceria com a CONAB (PELIANO, 2010).

No **terceiro período**: as reviravoltas ocorridas nos anos 1990 em decorrência da governança estabelecida pelo Governo Collor, o cenário estabelecido foi de terra arrasada, com a extinção de grande parte dos programas de segurança alimentar e nutricional existentes. Um dos poucos ainda em vigência foi o “Programa da Merenda Escolar”, limitado a um atendimento de somente 30 dias por ano, quando a meta era de 180 dias/ano. Durante alguns meses, entre 1991 e 1992, a CONAB distribuiu cestas de alimentos para cerca de 600 mil famílias do Nordeste vitimadas pela severa seca, por meio do Programa “Gente da Gente”. No âmbito do abastecimento alimentar popular, os programas e ações foram sendo extintos e a CONAB manteve somente a rede SOMAR que perdeu força e foi oficialmente extinta em 1997 (PELIANO, 2010).

Como destaca Peliano (2010) o “Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, entregue ao presidente da República, em abril de 1993, tinha como proposta e princípios, a solidariedade, a parceria e a descentralização. Nesse mesmo plano foi apresentado um

mapeamento das ações de todos os Ministérios, em que se definiam objetivos, mecanismos operacionais e as metas. Tratava-se de um plano ambicioso, que envolvia toda a administração pública federal, porém sem dispor de capacidades de acompanhamento do CONSEA nem do IPEA, que nesse momento funcionavam como instâncias executivas de coordenação e acompanhamento. No período de 1990 e 1999, um contingente de 8,2 milhões de brasileiros saíram da condição de indigentes e outro 10,1 milhões da condição de pobreza. Fica claro que nesse período o principal programa de combate à fome e à pobreza foi a estabilização da moeda, reforçando a importância associada aos ganhos efetivos, ou seja, melhoria de renda da população impacta diretamente na alimentação e segurança alimentar a partir de políticas econômicas efetivas. No tocante, as dificuldades estiveram diretamente associadas a ausência do Estado junto às ações e programas as populações mais carentes, falta de flexibilidade administrativa para atender as demandas sociais da população, baixo entendimento sobre as regionalidades apresentadas no Brasil, dificuldade de monitorar avaliação dos resultados obtidos pelos programas e ações vigentes e a baixa participação e controle social por parte da sociedade (PELIANO, 2010).

Quanto ao **quarto período**: em que pese todos os avanços e fracassos mencionados, o início do século XXI para o Brasil ficou marcado pelo elevado número de pessoas (23 milhões) que ainda não possuem ou acessam renda mínima para garantir uma alimentação adequada. Durante o período das eleições, o presidente Lula assumiu o compromisso com a erradicação da fome no Brasil. Quando eleito, criou e introduziu o programa Fome Zero, vinculado a um Ministério, Grupo de Trabalho Interministerial de acompanhamento e monitoramento das ações e políticas governamentais, além de reconstituir o CONSEA no âmbito do programa mais capacidade de gestão e monitoramento (PELIANO, 2010).

No geral, destacamos a síntese analítica construída por Belik

(2022) durante o “I Curso de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios em 2022”, em palestra intitulada: **O debate sobre a segurança alimentar em perspectiva histórica no Brasil**. Em resumo, podemos dividir esses quatro períodos entre dois marcos temporais para as políticas públicas alimentares: um primeiro que está diretamente ligado a figura do Josué de Castro e outro sobre a égide do Programa Fome Zero.

O período influenciado por Josué de Castro tem inúmeras contribuições entre elas: a constituição do Serviço Central de Alimentação do IAPI em 1939 (formados por industriários); em 1940 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), composto por restaurantes e refeitórios para trabalhadores, além de disponibilizar auxílio alimentação para os desempregados, foram criados postos de venda de alimentos subsidiados pelo programa; ainda em 1940 foi constituído o Decreto de Lei do Salário Mínimo; já em 1944 foram criados o Serviço Técnico de Alimentação Nacional e o Instituto de Tecnologia Alimentar, operacionalizados a partir da pasta da indústria e comércio; na década seguinte, em 1954, foi criada a Campanha de Alimentação Escolar a partir dos recursos disponibilizados de doações e da aliança para o progresso; a COBAL foi criada em 1962 e esteve à frente das Leis delegadas ao processo de comercialização direta de alimentos; já o PRONAN foi instituído em 1976; durante os anos de 1980, a CONAB (antiga COBAL e CIBRAZEN) passou a realizar as compras diretas de alimentos, efetuando a distribuição a partir de cestas básicas via instituições (LBA, PAP e PROCAB), nesse mesmo período também foi instituído o Programa do Leite (PNLCC) em 1985; por fim, no início dos anos de 1990 foi constituída a Rede SOMAR (BELIK, 2022).

O segundo marco temporal compreende a base para implementação do Programa Fome Zero e corresponde ao período entre os anos de 1990 até 1996, quando destacamos: a construção do Mapa da Fome pelo IPEA em 1990; outro momento foi a criação

do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993; no ano seguinte (1994) foi realizada a I Conferência Nacional de SAN; o Conselho da comunidade Solidária em substituição ao CONSEA em 1995; para suprir as demandas relacionadas ao aumento da renda foi criado o Programa de microcrédito vinculado ao FAT, em 1996; porém, o principal e mais importante programa que estimulou transformações associadas a produção, beneficiamento, comercialização de alimentos no Brasil, foi a criação do PRONAF, em 1996. Nesse momento, o Brasil contabilizava o contingente de 32 milhões de pessoas se renda, cerca de 21,5% do total da população. No Brasil contabiliza 32 milhões de pessoas sem renda, cerca de 21,5% do total da população, com disponibilidade calórica ofertada na ordem de 3.280 kcal, quando a recomendação da FAO é de 2.242 kcal (BELIK, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre as interfaces entre as dinâmicas espaciais e a produção de alimentos podem ser identificadas nas primeiras obras de Josué de Castro. Elas expressam as duas dimensões, a concreta e a simbólica. O seu pioneirismo no tema geografia alimentar remete as questões naturais, sociais, econômicas e políticas que se encontram imbricadas nas relações de poder. Nesse aspecto, suas obras se apresentam como importantes referenciais ao lidar com os aspectos concretos e simbólicos do poder e da produção, beneficiamento e acesso aos alimentos principalmente pelas parcelas mais vulneráveis da população brasileira, especialmente a nordestina.

Ao identificarmos como determinados agrupamentos humanos vivenciam diferentes relações com o espaço ocupado, devemos estabelecer sua permanência numa determinada área de modo contínuo e ininterrupto, demanda compreender a história da qual se participa e se constrói a partir de experiências que ligam o indivíduo ao grupo

e ao respectivo espaço de convivência e uso, nesse caso, analisamos pelo prisma dos alimentos. Como destaca Heidrich (2017), ao fazer referência à ocorrência de três aspectos que se correlacionam envolvendo a noção de “territorialidades humanas”, implicando no surgimento de processos de materialidade e imaterialidade, constituídos pela ocorrência e presença do domínio, da apropriação e do poder. Como indica o sucesso e o colapso dos projetos, ações e práticas espaciais materializadas pelas políticas, projetos e ações ligadas à alimentação e segurança alimentar e nutricional, as quais constituem sociabilidades, simbolismos e imaginários a partir das representações de interesses e dos atores hegemônicos.

Lefebvre (2013) destacou a apropriação do espaço como fator determinante para construção de espaços de poder adaptados para se viver acompanhados pela capacidade de imaginação sobre o que se vive e os usos no próprio lugar. É nessa perspectiva que a ação, ou seja, o ‘*contramovimento*’ se torna essencial para conceber o território como espaço social e de poder, de produção e comercialização, de enfrentamento, resistência e de tensões entre os diferentes mecanismos de poder, controle e dominação com os atores.

Nesse aspecto, as reflexões que buscam identificar o papel da natureza como vantagem comparativa para o desenvolvimento rural são representadas por segmentos, símbolos e narrativas. Que promovem a formação de preceitos ligados a uma perspectiva dualista conservadora e modernista, atrelada a diferentes “determinismos” em seus aspectos ambiental, social e humano, com o estabelecimento de práticas recorrentes dos atores hegemônicos.

Assim, apontamos para a existência e utilização de relações de poder, seja no nível concreto ou no abstrato, que contribuem para a construção e manutenção de uma homogeneidade social para região Nordeste. Esse processo implica em transformações que vivem e convivem da mesma forma as mazelas nordestinas. Essas relações reforçam os condicionantes estruturais (materiais e ima-

teriais) construídos com o propósito de preservar as desigualdades sociais, as relações coronelistas e clientelistas das elites políticas e agrárias nordestinas. As mesmas relações que viabilizam discursos e narrativas simbólicas, que alimentam o imaginário social e a sociabilidade dos atores sociais. Elas determinam os que acessam políticas alimentares, ou os que produzem alimentos de qualidade para a sociedade, fazendo com que a fome e a miséria retornem a partir de desmonte do aparelhamento do Estado e do desmantelamento das políticas alimentares.

7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, 2ª edição, Editora Hucitec, 2004.

BELIK, W. I Curso de Segurança Alimentar e Nutricional nos Municípios em 2022”, em palestra intitulada: In. **O debate sobre a segurança alimentar em perspectiva histórica no Brasil**, (Material de Palestra/apresentação) 2022.

BOURDIEU, P. Reprodução Proibida: A dimensão simbólica da Dominação Econômica. In: BOURDIEU, P.; FERREIRA, R. L.; LINS, D. **O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas, Editora Papirus, 2000.

CASTRO, I. E. **Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste**. Acessado em: observatoriogeograficoamericatina. Org.mx, 2001.

CASTRO, I. E. **Imaginário político e a realidade econômica, o “marketing” da seca nordestina**. Nova Economia I, Belo Horizonte, Vol. 21, Novembro 1991.

CASTRO, J. **Geografia da fome: (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. Edição 10ª Revisada, Rio de Janeiro, Editora Antares, 1984.

CASTRO, J. **Metabolismo Basal e Clima**. Revista Médica de Pernambuco, número 2, Recife, 1932a.

- CASTRO, J. **Alimentação e Raça**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1936.
- CASTRO, J. **Alimentação à Luz da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Globo, 1937a.
- CASTRO, J. **Condições de Vida nas Classes Operárias do Recife**. Documentário do Nordeste. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937b, pp. 57-91.
- CASTRO, J. **O ciclo do Caranguejo**. Documentário do Nordeste. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1937b, pp. 25-28.
- CASTRO, J. **A Filosofia dos Tabus**. Rio de Janeiro: Editora Nestlé, 1939a.
- CASTRO, J. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1939b.
- CASTRO, J. **O Problema da Alimentação no Brasil – seu Estudo Fisiológico**. 3. Edição São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1939c.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11ª Edição, Editora Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2010.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial. São Paulo**, 7ª edição, Editora Ática, 2000.
- FAORO, R. **Os donos do Poder**. Porto Alegre. Ed. Globo, 1976.
- FREYRE, G. **Nordeste**. Editora Global, São Paulo, 1ª edição, 2013.
- FURTADO, C. **Teoria e política do Desenvolvimento econômico**. 7ª ed.; São Paulo, Editora Nacional, 1979.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- HEIDRICH, A. **Vínculos territoriais – Discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais**. Geographia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Vol. 19, nº 39, 2017: jan/abr.
- HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**. São Paulo, (5) Brasiliense, 1992.
- LEFEBVRE, H. **La produccción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.
- MAGALHÃES, R. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. p. 92

MALUF, R. S. (2021). **Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(4), e238782. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782>

MARTINS, J. S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2ª ed., 2 reimpressão, São Paulo: Editora Contexto, 2014.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3ª Edição, São Paulo: editora Contexto, 2011, p. 173.

MENEZES, D. **O outro Nordeste**. Fortaleza, 3ª edição, Expressão Gráfica e Editora, 2018.

OLIVEIRA, F. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião - Sudene, Nordeste – Planejamento e conflitos de classe**. São Paulo, Editora Boitempo, 2014.

_____. **Crítica a razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo, Editora Boitempo, 2015.

PELIANO, Anna M. M. 2010. Lições da história – avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à pobreza no Brasil **In: Fome Zero: Uma História Brasileira**. Organizadora: Adriana Veiga Aranha – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. pp. 26-41.

PRADO JR., C. **Histórica Econômica do Brasil**. Brasília, Editora brasileira, 26ª edição, 1977.

RIBEIRO, R. W. **Seca e Determinismo: a Gênese do discurso do Semiárido Nordestino**. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Volume 22, ano 1999, pp. 60-91.

SANTOS, M. **Metamorfoses Do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SENADO FEDERAL. Pronunciamento **de Maria do Carmo Alves**. 2001. Acessado em 28 de agosto 2020: <https://www12.senado.leg.br/dados-abertos/legislativo/plenario/pronunciamentos-de-senadores/info/webservice-de-discursos-de-um-senador>